



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS COCAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MARIA DOS REMÉDIOS MACHADO RIBEIRO

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

COCAL - PI
2023

MARIA DOS REMÉDIOS MACHADO RIBEIRO

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Cocal.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaine Marques Leal
Barros.

MARIA DOS REMÉDIOS MACHADO RIBEIRO

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Cocal.

Aprovada em: 29/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Janaine Marques Leal (Orientadora)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. (a) Saul Barbosa de Oliveira
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. (a) Ismael Holanda do Vale
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria dos Remédios Machado Ribeiro¹
Janaine Marques Leal Barros²

RESUMO

Trabalhar a inclusão nas escolas requer buscar estratégias que atinjam todos os públicos, independentemente de suas especificidades, pois a educação é um direito de todos e está previsto na constituição. Assim, gerou-se seguinte problemática: As escolas estão preparadas para incluir alunos com deficiência visual a partir de suas limitações nas séries iniciais do Ensino Fundamental? Este estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Para o desenvolvimento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cujos principais autores utilizados foram: Mazzotta (1982), Novak (2015), Chacon (2011) e Garcia et al. (2001) e a análise dos dados foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa. Os principais resultados encontrados foram: verificou-se que ainda há um despreparo de alguns docentes, por não possuírem uma formação específica, sendo necessário as escolas disponibilizarem de capacitação para os profissionais, visando assim atingir resultados significativos; observou-se que as instituições de ensino precisam rever suas metodologias, currículos e recursos pedagógicos, de forma direcionada e envolvente, incluindo todos nesse processo com uma aprendizagem significativa, buscando fazer um trabalho que possa envolver todos em um mecanismo de aprendizagem, além de levá-los aos caminhos para percorrer por toda sociedade e a vida.

Palavras-chave: Crianças; Inclusão; Deficiência visual; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Working on inclusion in schools requires seeking strategies that reach all audiences, regardless of their specificities, as education is a right for everyone and is provided for in the constitution. Thus, the following problem was generated: Are schools prepared to include students with visual impairments based on their limitations in the initial grades of Elementary School? This study aimed to analyze the process of school inclusion of students with visual impairments in the initial grades of Elementary School. For the development, a bibliographical research was carried out, whose main authors used were: Mazzotta (1982), Novak (2015), Chacon (2011) and Garcia et al. (2001) and data analysis was developed through a qualitative approach. The main results found were: it was found that there is still a lack of preparation among some teachers, as they do not have specific training, making it necessary for schools to provide training for professionals, thus aiming to achieve significant results; it was observed that educational institutions need to review their methodologies, curricula and pedagogical resources, in a targeted and engaging way, including everyone in this process with significant learning, seeking to do work that can involve everyone in a learning mechanism, in addition to taking them to the paths to follow throughout society and life.

Keywords: Children; Inclusion; Visual impairment; Elementary Scho

¹ Licenciatura Plena em Normal Superior Universidade Estadual do Piauí UESPI.
remediosmachado@hotmail.com

² Prof^ª. Dr^ª Instituto Federal do Piauí- IFPI Campus Teresina Central. janaineufc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho traz uma abordagem acerca da inclusão de crianças com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ressaltando se de fato ocorre essa inclusão, como também se as escolas estão preparadas junto ao corpo docente e demais profissionais da instituição, com professores capacitados, preparados profissionalmente para receber esse público, pois entende-se que para isso devem ser considerados alguns elementos que viabilizem os caminhos percorridos para que de fato a inclusão aconteça, proporcionando aos alunos com deficiência visual a inclusão dos mesmos, no campo educacional, bem como em toda sociedade.

Trabalhar a inclusão nas escolas significa repensar em como a escola tem sido trabalhada ao longo dos tempos e buscar estratégias que atinjam todos os públicos, independentemente de suas especificidades, pois a educação é um direito de todos e está previsto na constituição. Assim, alunos com deficiência devem estar inseridos na educação através de atividades específicas para suas limitações, visando uma aprendizagem de qualidade para todos.

Os paradigmas da educação inclusiva estabelecem processos para que não haja a exclusão de alunos com deficiência visual, uma vez que o padrão segregado, ainda é lembrado nas escolas, porque a sua organização pedagógica é operar com a homogeneidade e nunca com a heterogeneidade. É buscar garantir a inclusão em todas as instâncias e possibilidades de ensino igualitário.

Quando os alunos com deficiência visual frequentam escola regulares, verifica-se que os mesmos são beneficiados, pois há a necessidade de um trabalho diferenciado que englobe estratégias eficazes de aprendizagem, visando atingir as dificuldades apresentadas pelos alunos. Todavia, por se tratar de algo novo alguns profissionais da educação sentem dificuldades de trabalhar com esse público. Daí a importância de aprofundamento em estudos que abordam essa temática, pois traz um leque de informações, contribuindo para o enriquecimento de conhecimentos.

Não se pode deixar de reconhecer que a inclusão social é um dos fatores fundamentais para desenvolvimento da sociedade brasileira, pois hoje requer que os educadores estejam permanentemente informados sobre os processos educacionais, necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades Tecnologias de informação e Comunicação ou Tecnologia assistida (BRASIL, 2006; BATISTA *et al.*, 2018).

São várias as barreiras e obstáculos que contribuem para que a inclusão não ocorra no espaço escolar, o que tem provocado à desmotivação e desinteresse desses alunos, principalmente os que são portadores de deficiência visual, e ainda tem dificultado consideravelmente o trabalho do professor neste meio, que fica à mercê dessa situação, buscando meios de facilitar e inserir propostas de valorização, respeito, diversidade e igualdade dentro da sala de aula.

A importância da inclusão dos alunos com deficiência visual, tem sido alvo de muitas discussões em palestras, reuniões, manchetes de jornais, redes sociais, projetos e dentre vários outros meios de comunicação social, na qual visam discutir os direitos das crianças com deficiência, e como estes devem ser recebidos e tratados no meio social e escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Essa mesma legislação dirige-se de forma particular ao direito à educação das pessoas com deficiência, nos artigos 58, 59 e 60, que tratam da educação especial como modalidade escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, devendo estar presente desde a Educação Infantil.

Quando se fala em inclusão, não significa apenas colocar algo ou alguém no meio de outros, significa dar assistência de maneira a garantir a permanência por meio de estratégias que visem a aprendizagem de qualidade. Nesse sentido, determinando-se a seguinte problemática averiguada: As escolas de Ensino Fundamental nas séries iniciais juntamente com

a comunidade escolar estão preparadas para incluir esses alunos com deficiência visual a partir de suas limitações segundo a visão de teóricos?

Portanto, o objetivo geral traçado para esse trabalho é analisar o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino fundamental. Já os específicos são: Conhecer as possíveis dificuldades dos professores em relação ao processo de ensino; Analisar a adequação curricular dos alunos com deficiência visual se contempla as suas necessidades; Verificar aspectos positivos no ambiente escolar relacionados ao ensino aprendizagem dos alunos com deficiência visual.

Diante desse contexto, este trabalho justifica-se por mostrar como as escolas podem oferecer em sua essência educativa e pedagógica projetos e ações que sejam acessíveis a todos os alunos com deficiência visual, ofertando metodologias lúdicas, dinâmicas, interdisciplinares e com a acessibilidade a todos os recursos e materiais que podem adaptar e integrar a participação de todos os alunos nas atividades aplicadas, visando proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência visual das séries iniciais do Ensino Fundamental, de forma inclusiva para desenvolver a aprendizagem desses mesmos. Por esse motivo é relevante a construção desse trabalho no intuito de levarmos a uma reflexão acerca da inclusão dos alunos com deficiência visual na series inicias do Ensino Fundamental.

Este artigo é composto pela seguinte estrutura: inicialmente é ressaltado acerca da Educação especial na perspectiva da inclusão escolar, sendo seguido pelo papel do professor no processo de inclusão e acerca da deficiência visual e o sistema braille no processo de inclusão. Logo após é abordado sobre os materiais e métodos utilizados e, posteriormente realizada a análise dos dados obtidos e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Pode-se dizer que as instituições de ensino precisam ter um olhar mais amplo para o público com deficiência, seja qual for a limitação desses indivíduos. De acordo com Mazota “A educação especial está “[...] atrelada a grande necessidade de ajudar de forma significativa e igualitária, dando oportunidades, para os alunos com deficiência, mesmo com inúmeros serviços, que possa atender cada um”. (MAZZOTTA, 1982, p. 10).

Assim, é possível compreender a importância da Educação Especial, pois seu:

[...] desenvolvimento [...] está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementarem os existentes. Desta forma, a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos. (MAZZOTTA, 1982, p. 11)

Levando em consideração esse contexto, podemos dizer que as instituições de ensino precisam rever suas metodologias, currículos e recursos pedagógicos, de forma direcionada e envolvente, incluindo todos nesse processo com uma aprendizagem significativa, buscando fazer um trabalho que possa envolver todos em um mecanismo de aprendizagem, além de levá-los aos caminhos para percorrer por toda sociedade e a vida.

De acordo com Martins et al. (2008, p. 19) podemos dizer que esse “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, dê oportunidade para alunos com qualquer tipo de deficiência”. A escola tem por obrigação conhecer as limitações de cada aluno para recebe de forma igualitária,

buscando meios como: adequação curricular, metodologias apropriadas, acessibilidade, entre outros, que possa proporcionar aos mesmo um aprendizado que tenha êxito na vida esses alunos.

Segundo Mantoan (2003, p. 19) o que mais se dar de mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, de qualquer raça, cor etnias decorrente de quaisquer problemas precisa se aceito na escola regular”.

Para tanto, a Educação Especial precisa ter um amplo espaço em todas as esferas educacionais, deixando de lado o preconceito e ofertando um ensino de qualidade visando uma aprendizagem que tem como base principal a legislação para defender esse processo.

Assim sendo, faz-se relevante frisar que:

[...] A clientela da educação especial é bastante diversificada, uma vez que inclui uma grande variedade de alunos com necessidades educacionais especiais as mais diversas. Essas necessidades educacionais especiais [...] decorrem do confronto dos recursos educacionais comuns com as condições individuais de cada aluno. É a presença de necessidades educacionais especiais que vai, portanto, indicar se um aluno deve receber uma educação especial, e não apenas a presença de uma deficiência ou superdotação, tomadas estas como condição individual. (MAZZOTTA, 1982, p. 31)

As demandas da educação especial estabelecem processos para que não haja a exclusão desses alunos, uma vez que, o padrão segregado, ainda é lembrado nas escolas, porque a sua organização pedagógica é operar com a clareza.

Uma visão importante sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na educação é a da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei Nº 9394/96 de 1996. Assim, esta destaca que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Diante do que a lei disposta na LDB sobre educação especial ressalta, entende-se que sempre que forem matriculados alunos com necessidades especiais na rede regular, a instituição deverá oferecer serviço de apoio especializado que atenda as necessidades especializadas para esse tipo de clientela. Além do mais, ressalta que dependendo da necessidade, o aluno deverá sair de salas comuns para salas especiais que atendam as suas necessidades, desde uma faixa-etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil deste.

Vários são os critérios dispensados à educação de crianças com necessidades especiais e estes estão incluídos na LDB (1996) como pode ser percebido abaixo:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Por meio da LDB percebe-se que os principais critérios selecionados para uma boa educação quanto a crianças com necessidades especiais são: um bom currículo dos docentes, métodos e recursos educativos que atendam às necessidades de cada aluno; término e aceleração de conclusão do ensino fundamental; professores preparados para receber alunos com necessidades especiais, bem como igualdade aos benefícios de programas sociais suplementares realizados na instituição de ensino.

2.2 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Sassaki (1997) afirma que “o processo que reestrutura as políticas e práticas escolares para garantir a participação de todas as pessoas com deficiência na educação, respeitando as diversidades e considerando as especificidades de cada uma”. Uma escola para receber crianças com deficiência inclusive a visual, precisa estar preparada desde o prédio com acessibilidade, currículo escolar, adequado e principalmente os professores, com formação na área afim, com metodologias apropriadas, recurso de trabalho pedagógico, entre outros aspectos, é um contexto geral. Jannuzzi (2005) frisa que a acessibilidade no que se refere às adaptações se torna o fator mais importante para garantir o ingresso seguido do processo de inclusão (NOVAK, 2015).

Conforme Cunha (2015, p. 69), “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades”. Assim, as escolas devem procurar estratégias que assegurem aos seus alunos, independente de deficiência, a permanência destes no processo de ensino-aprendizagem.

Escola com fácil acesso ao que se refere a parte arquitetônica ainda é o fator primordial e que precisa ser visto e analisado para que aconteça de fato a inclusão (CHACON, 2011). Nos remete que essas barreiras no que se refere a parte arquitetônica possa ser sanado, caso contrário, ficará mais difícil o acesso desse aluno à escola (ARAÚJO et al, 2020). Os professores precisam estar preparados com formações inclusas nos seus currículos, metodologias adequadas para serem aplicadas, com todos esses requisitos, para que logo após possam receber esses alunos em suas salas de aula, estando preparados para lidar com as especificidades apresentadas pelos mesmos. É um processo que envolve também a família, pois a mesma precisa estar interligada com a escola, para garantir uma aprendizagem significativa na vida dessas crianças, dentro da escola e posteriormente fora dela, na perspectiva de viver uma sociedade com todos seus direitos garantidos, para não serem minimizado, afirma (CHACON, 2011; ABRÃO & DUARTE, 2017; ABRÃO & SANTOS, 2018).

Professores que não tem um preparo profissional, se contrapõem à inclusão, por conta do preconceito, a desinformação e a intolerância, talvez isso tudo seja por conta da família que não preparou de forma adequada influenciando negativamente, da fase criança até a formação acadêmica, para lhe dar com a inúmera diferenças dos indivíduos (MONTANO, 2007,

ARAÚJO ET AL, 2003).

Nessa circunstância o fator principal é o ensino, igualitário com condições de igualdade para entrar e permanecer na escola, com todos os seus direitos de educação e integração à pessoa com deficiência no âmbito escolar (ODEH, 2000; VITALIANO, MANZINI, 2010). Para isso, em um país onde o preconceito é gritante e de forma heterogenia, podemos dizer que o corpo docente escolar precisa estar preparado com o objetivo de garantir o direito dessas crianças com deficiências. (ABRÃO & FIGUEREDO, 2013; NOVAK, 2015). No que se refere a nossa realidade, podemos dizer que nos estágios que fizemos durante o curso de licenciatura, isso ficou bem claro, deu para ver que ainda há poucos professores preparo suficiente para receber estes alunos, pois é gritante a exclusão dos mesmos (ARAÚJO ET AL, 2020).

Fica a dica, bons mediadores de classe são frutos de aprendizagem. Ensinar faz parte de um processo lento e que precisa ser aprimorado. Afirma (Silva et al, 2021). No entanto, existem pessoas com pouco conhecimento, média de forma natural, com pouca formação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemática. Mesmo assim, todos professores necessitam de conhecimentos novo que possa inovar suas práticas. (ABRÃO & ADAMATTI, 2015).

O professor precisa ser dinâmico para chamar a atenção dos alunos, para que os mesmos se sintam motivados e que não lhe falte interesse, melhorando assim, o processo de ensino aprendizagem, por meio de suas aulas prazerosa e significativa, deixando claro que a educação é o fator principal para sanar o índice de desigualdades (ABRÃO, SILVA, 2012). Fica claro que a dedicação dos professores ao repassar o conhecimento, não como detentores deste, mas como profissionais, uma vez que levam os alunos a terem uma reflexão sobre suas atitudes, levando à sociedade um cidadão pensante para seguir sua vida. Nesse caso, a igualdade de todos os cidadãos será cumprida por meio da justiça. De acordo com Alcântara et al. (2021):

O profissional também tem um papel importante para que a aprendizagem seja efetiva segundo Silva et al, (2021) o profissional da educação precisa não só dos conhecimentos educacionais, mas saber um pouco de tudo que envolve os alunos, por isso se faz necessário que esses docentes participem constante de formações para adquirirem mais conhecimento e consequentemente aplicados em sala de aula.

2.3 A DEFICIÊNCIA VISUAL E O SISTEMA BRAILLE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

No Ensino Fundamental dos anos iniciais as crianças com deficiência visual ao chegar na escola já tem o contato direto com objetos apropriados, oriundo do sistema braille de acordo com as suas limitações, contribuindo para proporcionar o aprendizado dos mesmos. De acordo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a Educação Especial está entrelaçada à todas as modalidades, desde a Educação Básica até o Ensino Superior e as escolas precisam estarem preparadas, ofertando o suporte adequado para as metodologias educacionais.

É importante que os profissionais da educação tenham suporte necessário para subsidiar suas práticas relacionadas aos alunos deficientes visuais e que não atrapalhe os demais alunos. Assim, para que as instituições de ensino possam oferecer a esses alunos com deficiência visual, subsidio necessário de maneira igualitária aos demais alunos que contemple as necessidades podendo favorecer o processo como também de alfabetização, incluir. De acordo Garcia et al (2001, p. 28-29) ao destacarem que:

[...] deve ficar claro, no caso a educação de crianças com deficiência visual, independentemente da concepção pedagógica ou linha metodológica adotada pela escola, não se pode negligenciar o desenvolvimento integral, a utilização

de técnicas específicas fundamentais ao êxito e eficácia do processo de aprendizagem da leitura-escrita pelo Sistema Braille. A oferta de educação para o aprendizado adequado dos alunos com deficiência visual deve perpassar por uma formação de professores específica para atender a estes alunos, na medida em que é difícil encontrar professores com formação em leitura e escrita em Braille, para que seja possível garantir a alfabetização de alunos com deficiência visual nos anos iniciais da escolarização. Nessa assertiva, (GONÇALVES E FERREIRA, 2010, p. 97).

Grande parte dos profissionais da educação ao encontrar em sua sala de aula uma criança deficiente visual, fica assustado e sem saber o que fazer por não ter uma formação adequada na área, se tornando um grande desafio para os mesmos, as vezes não tem experiência com alunos com essa limitação [...]. Os professores fazem de tudo para entrelaçar suas práticas, no entanto, fica a desejar condições básicas, para atender esse público.

A escola precisa ofertar materiais didáticos específicos que venha explicito o sistema braille, dentre outros, para o ensino dessas crianças, facilitando e favorecendo o aprendizado dos alunos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa levou em questão o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino fundamental, focando em como a escola deve lidar com crianças deficientes visual, observando qual as metodologias de ensino, recursos didáticos entres outros fatores são apropriados e adaptados para receber esse público, mediante a visão de autores distintos.

O ponto de partida da pesquisa foi analisar a visão de autores distintos acerca do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino fundamental, assim foram analisadas monografia, dissertação, artigo científico e tese.

Para a construção dessa revisão de literatura foi realizada pesquisa em sites como Scielo, Scieense e o google acadêmico. De acordo com Echer (20021) a revisão de literatura é imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. Para a realização desse trabalho foi utilizado uma pesquisa de cunho bibliográfica, a qual buscou-se através da revisão de literatura obter todas as informações a respeito da inclusão de crianças com deficiência visual, com a abordagem do tema sobre a importância da inclusão de crianças com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino Fundamental, onde foram utilizadas as palavras chaves: Inclusão, crianças, deficiência visual, Após esse processo de coletar os dados, as informações adquiridas serão selecionadas, discutidas, interpretadas e descritas no texto.

Segundo os autores Sousa, Oliveira & Alves (2021) a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico com a finalidade de aprimorar e atualizar o conhecimento através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Para Martins e Theóphilo, a pesquisa bibliográfica:

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo (MARTINS e THEÓPHILO, 2016, p. 52)

Para Michel (2015) a pesquisa bibliográfica pode ser uma pesquisa em si ou apenas uma fase de uma pesquisa descritiva ou experimental, no que concorda com Martins e Theóphilo (2016), partindo desse pressuposto, iremos em busca de conhecimento através de livros, revistas, teses, artigos, monografias, sites como Scielo, Science e o Google Acadêmico, no qual buscaremos uma resolução para um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, para saber como se dar esse processo de inclusão das crianças com deficiência visual.

Tendo em vista que pesquisa bibliográfica é de suma importância para compor um trabalho científico, das obras que já foram publicadas, o trabalho foi analisado e tabelado conforme os autores e o ano de publicação. Os dados coletados serão submetidos aos programas Word 2010 e Excel 2010 para construir gráficos e tabela.

Para o desenvolvimento do trabalho foram analisados cinco artigos com foco na temática em estudo e os mesmos estão inseridos na tabela 1 abaixo.

Quadro 1. Distribuição dos artigos de acordo com seus autores/ano; tipo de estudo; objetivos; amostra; resultados e conclusão.

Autor/ano	Tipo de estudo	Objetivos	Resultados	Conclusão
BRASIL (1994)	Estudo Bibliográfico	Ressaltar as regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências	As escolas devem acolher as crianças com ou sem deficiência e devem adaptar-se as necessidades do aluno, respeitar os ritmos e os processos de aprendizagem, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.	Concluiu-se que a inclusão hoje é assumida como um novo paradigma social e educacional que visa resgatar o sentido original do termo integração, defendendo uma sociedade mais justa e mais democrática
Almeida (2002)	Estudo Bibliográfico	Discutir como as reformas educacionais estão viabilizando ações organizacionais e pedagógicas nos nossos sistemas de ensino e indagar sobre a capacidade delas darem conta da inclusão do conjunto de seus alunos.	A construção de uma escola que, verdadeiramente, eduque todas as crianças se jovens, e que não só supere os efeitos perversos das retenções e evasões, masque lhes assegure o acesso crítico ao mundo dos conhecimentos, e o desenvolvimento de uma consciência cidadã que lhes permita enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.	Concluiu-se que precisa de condições para desenvolver novas práticas de aula, de gestão, de trabalho dos professores e dos alunos, incluindo formas coletivas, currículos interdisciplinares, riqueza de material e de experiências, como espaço de formação contínua, entre tantas outras.
Figueiredo (2002)	Estudo Campo	Analisar de uma experiência da aplicação da	Não existe nenhuma fórmula para trabalhar com alunos	Concluiu-se que o espaço da escola é o espaço da aprendizagem

		política de inclusão para a rede estadual do estado do Rio Grande do Norte, no início dos anos 90, a qual pode ser considerada um marco importante na consolidação da política de inclusão praticada nos dias atuais.	que apresentem deficiências, já que como qualquer outro sujeito epistêmico ele apresenta variadas formas e possibilidades de aprender.	e de formação do sujeito, que aprende regras de convivência e limites, crescendo, construindo-se e construindo o outro. A escola que inclui é a escola que acolhe e garante o espaço de aprendizagem e de crescimento para todos os alunos.
Crochik (2007)		Apresentar algumas das relações entre os conceitos de razão, consciência e ideologia.	A ideologia liberal teria maior proximidade em relação, razão, objetiva, buscaria e defenderia valores que poderiam transcender a adaptação, ao passo que o fetichismo se relacionaria mais com a percepção do imediato, do aparente, que propicia a razão instrumental.	Concluiu-se que não é uma ação política consequente calcada em um indivíduo, mas ela é nociva se não considera a consciência individual.
Valentim (2017)	Revisão bibliográfica	Trabalhar com os profissionais da educação do ensino regular e/ou ensino comum formas efetivas de assegurar uma educação inclusiva de qualidade nas escolas Estaduais de Educação do estado do Paraná, visando construir um modelo do que esperamos e desejamos para o futuro de uma educação inclusiva.	Ficou claro em vários momentos o desconhecimento por parte de muitos participantes sobre o que é Inclusão Educacional, principalmente no que tange as questões da Legislação. O que é direito e dever do deficiente e de suas famílias	Concluiu-se que a responsabilidade é de todos os envolvidos neste processo, sendo imprescindível o estudo e a capacitação profissional inicial e continuada dos profissionais da educação, para que haja uma sensibilização e mudanças de comportamentos por parte de todos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Acerca da Educação especial na perspectiva da inclusão escolar verificou-se por meio da Declaração de Salamanca (1994) que as escolas devem acolher as crianças com ou sem deficiência e devem adaptar-se as necessidades do aluno, respeitar os ritmos e os processos de aprendizagem, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.

Nesse contexto, a inclusão hoje é assumida como um novo paradigma social e educacional que visa resgatar o sentido original do termo integração, defendendo uma sociedade mais justa e mais democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcaram negativamente a história da humanidade, sendo construída num outro contexto cultural, político e ideológico, numa visão mais aberta a respeito do termo inclusão e dos mecanismos pedagógicos de ajuda ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças que adentram as escolas.

Percebeu-se que para Almeida (2002) o processo de inclusão escolar, se efetivo, é preciso uma mudança qualitativa no trabalho educacional no interior das escolas, e requer um envolvimento de todos os profissionais da educação, alunos e pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de trabalho para os professores e condições de permanência e de estudo para os alunos.

Dessa forma, faz-se necessário uma luta pela inclusão das pessoas com deficiências pela qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades.

4.2 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO E ACERCA DA DEFICIÊNCIA VISUAL

Sobre o papel do professor no processo de inclusão é necessário aceitarem essas diferenças individuais das crianças deficientes. Prepará-los para enfrentar suas necessidades individuais e peculiaridades e prepará-las para abandonar os tradicionais 'medos' equipando-os com recursos educacionais inovados e com modelos pedagógicos experimentais, para que somente assim possa ser mudada a visão de que essas crianças não aprendem.

Para Crochick (2002) a inclusão é a melhor forma de oportunizar e possibilitar que as pessoas deficientes possam desempenhar suas capacidades e potencialidades, independente do grau de sua deficiência ou de sua diferença social. Diante de todas as necessidades existentes, o professor é o principal mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem, pois os mesmos são capazes disso, basta apenas incentivo e uma metodologia que seja condizente aos discentes.

Conforme Figueiredo (2002) antes mesmo de estabelecer uma medição com esse aluno, e de tentar favorecer o vínculo dele com o grupo de classe, o professor alega dificuldades, não investindo nessa possibilidade, sob o argumento de que se faz necessária uma especialização para ser capaz de atuar pedagogicamente com este aluno. Diante da visão do autor percebe-se que muitos professores argumentam falta de capacitação e especialização na área especial, no entanto sabe-se que muitos já são especialistas e ainda enfrentam o desafio de incluir as crianças com deficiência na sala de aula comum. Entretanto, não se pode criticar os educadores, eles expressam a forma como a sociedade geral sempre encarou a pessoa com

deficiência como pessoas esteticamente indesejáveis, cujo contato e convivência geram constrangimento e como sujeitos incapacitados para desempenharem papéis sociais autônomos na comunidade.

4.3 O SISTEMA BRAILLE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Em relação ao sistema braile no processo de inclusão, verificou-se que trata-se de um sistema que traz inovação e segundo Valentim (2017) a inclusão nada mais é que um processo de inovação que exige um esforço de reestruturação e atualização de algumas escolas, fazendo com que essas busquem uma reorganização escolar, ampliando seu projeto político-pedagógico, incorporando novas práticas aos currículos e realizem adaptações físicas necessárias. Assim, mesmo que não haja casos de alunos com necessidades especiais, torna-se válido a presença de uma estrutura que ampare todos os tipos de alunos, utilizando como conscientização a todos sobre esse importante assunto observado na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nesse sentido, atingiu os objetivos propostos, tendo como principais resultados os seguintes: quanto às possíveis dificuldades dos professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência, verificou-se que ainda há um despreparo de alguns docentes, por não possuírem uma formação específica, sendo necessário as escolas disponibilizarem de capacitação para os profissionais, visando assim atingir resultados significativos.

Em relação a adequação curricular dos alunos com deficiência visual atingir as necessidades, observou-se que as instituições de ensino precisam rever suas metodologias, currículos e recursos pedagógicos, de forma direcionada e envolvente, incluindo todos nesse processo com uma aprendizagem significativa, buscando fazer um trabalho que possa envolver todos em um mecanismo de aprendizagem, além de levá-los aos caminhos para percorrer por toda sociedade e a vida.

Acerca dos aspectos positivos no ambiente escolar relacionados ao ensino aprendizagem dos alunos com deficiência visual, notou-se que para que as instituições de ensino ofereçam aos alunos com deficiência visual subsídio necessário de maneira igualitária, há a necessidade de adaptação da escola e formação dos professores, trazendo assim uma aprendizagem de qualidade, contribuindo na alfabetização e na inclusão de todos os alunos, independentemente de suas especificidades.

Verificou-se que as escolas ainda possuem algumas barreiras quanto à estarem preparadas para o recebimento de crianças com deficiência visual, de maneira a ocorrer a inclusão de fato. Nesse sentido, há a necessidade de formação dos professores, bem como da reestruturação das escolas, visando melhor atendimento aos alunos com deficiência.

Portanto, este estudo contribui de forma significativa, pois traz um leque de informações que agregam a futuras pesquisas nesta temática, como no caso de trabalhos que enfatizem os problemas vivenciados por docentes com alunos com deficiência em sala de aula regular, ou mesmo acerca de estratégias para serem trabalhadas em salas de aula regular com alunos com deficiência, como também no próprio trabalho dos docentes em relação aos alunos com deficiência visual em salas regulares de ensino.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Ruhena Kelber. FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino. A Corporeidade Infantil nos Espaços da escola. **Vivências**. Vol.9, n.16: p. 20-28, 2013.
- ABRÃO, Ruhena Kelber. ADAMATTI, Diana Francisca. As novas tecnologias da informação e comunicação e a atividade experimental no ensino de ciências. **Revista Linhas**. Florianópolis. v. 16, n. 31, p. 305 – 324, 2015.
- ABRÃO, R. K. Duarte, M. M. O papel da afetividade no processo ensino e aprendizagem da criança com deficiência. **Revista Uniabeu**, 2017 .
- ABRÃO, R. K. RODRIGUES, M. R. M. **Criar, montar, divertir e aprender: os jogos, brinquedos e brincadeiras**. Revista Uniabeu, 2018.
- ALCÂNTARA, R. L. de. ALVES, A. R. ALCÂNTARA, S. de M. M. FALCHIONE, L. R. QUIXABEIRA, A. P. da S. LOUZADA, M. C. dos S. SILVA, R. A. da. ABRÃO, R. K. **Notas sobre inclusão, surdez e a aquisição da Língua Portuguesa**. Research, Society and Development. V. 10, n.08, 2021.
- ALMEIDA, M. I. **Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão?** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). 2002.
- ARANHA, M. S. F. SEESP/MEC. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva. **a família**. Brasília, 2004.
- ARAÚJO, B. C de. QUIXABEIRA, A. P. PADILHAS, O. P. FERREIRA, R. K. A. Esporte adaptado: Percepção e metodologias dos professores de Educação Física nas escolas públicas. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 7, 2020.
- BATISTA, M. H. J. ROCHA, W. D. R. de ALMEIDA, R. B. NUNES, T. S. FERREIRA, R. K. A. Tecnologia assistiva como ferramenta de inclusão escolar da pessoa com deficiência. **Educitec**, Manaus, v. 04, n. 09, p. 169-181, 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, SEESP, 2001.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- CHACON, M.C.M. Relação pai-filho e deficiência física relato de pesquisa. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 3, p. 441-458, 2011.
- CROCHIK, José Leon. **Docente do Instituto de Psicologia da USP**. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe.

DOMINGUES, C dos A. SÁ, Elizabet dias de. CARVALHO, Silva Helena Rodrigues de. PAULA, Sônia Maria Chad de. SIMÃO, Arruda Valdirene Stiegler. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: os alunos com deficiência visual: Baixa visão e cegueira. Brasília, v.03, 2010.

ECHER, I C A. Revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revisão gaúcha de Enfermagem**, v. 22, n. 2, p.5-20, 2021

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão**: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GARCIA, Marilda; MORAES, Bruno; MOTA, Maria da Glória Batista da. **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual, volume 1. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

GONÇALVES, Jordana Cristina Silva; FERREIRA, Helena Maria. Deficiência Visual: desafios de uma alfabetização em Braille. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão do UNIPAM**, Patos de Minas, n. 7, v. 1, p. 89-101, ago. 2010.

JANNUZZI, G. M. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, 2004.

JANNUZZI, G. M. (2005). **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI (2a ed.). Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 255-256, 2005.

LIMA, P. A de. Educação inclusiva e igualdade Social. **Avercamp**, São Paulo, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? Moderna, São Paulo, 2003.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. Atlas, 3. ed. São Paulo, 2016.

MARTINS, L. A. R. et al **Inclusão**; Compartilhando saberes. Vozes, 3. ed. Petrópolis, 2008.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. Atlas, 3. ed. São Paulo, 2015.

MONATOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? Moderna, São Paulo, 2003.

ODEH, M. M. O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para as propostas de integração escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6, n.1, 2000.

SÁ, D.; CAMPOS, C.; SILVA, C. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual**. Gráfica e Editora Cromos. Curitiba, 2007.

SASSAKI, K. R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. WVA. Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, S. C. DESSEN, M.A. Relações familiares na perspectiva de pais, irmãos e crianças com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2014.

SOUZA, R. C. S.; et al. **Educação Física Inclusiva: perspectiva para além da deficiência**. Editora UFS, Aracajú, 2013.

TAVARES, A. L. QUIXABEIRA, A. P. ARAÚJO, B. C. ABRAO, R. K. Notas sobre a relevância dos jogos populares na educação física na infância. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v.2, n.7, 2021.

VALENTIM, Rosiley Cristina. (2017). **Educação Inclusiva: um novo olhar no âmbito escolar**. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/educacao-inclusiva-um-novo-olhar-no-ambito-escolar/> Acesso em 20 de agosto de 2023.